

# A CIDADE DE CAICÓ/RN FRENTE À ACESSIBILIDADE

Denize Santos de MEDEIROS\*

Jeyson Ferreira Silva de LIMA\*

(Orientadora) Eugênia Maria DANTAS\*

## INTRODUÇÃO

O espaço das cidades é permeado por conflitos, metamorfoses, heterogeneidades. Ou seja, ele é formado por uma complexidade de interações que vão se estabelecendo e dando singularidade ao lugar. Morar nesse ambiente implica viver, construir cenários que refletem e condicionam os processos responsáveis pela (de)organização de um espaço urbano marcado pela aglomeração e diferença.

A população mundial tende a se concentrar nas cidades. É nelas que, de forma genérica, ocorrem o progresso e o desenvolvimento, estando aí localizados os maiores investimentos em saúde, educação, transportes, entre outros. Todos esses investimentos proporcionaram um acelerado processo de urbanização que estimulou a atração de pessoas para viver nas cidades. Porém, o modelo de desenvolvimento, pautado na lógica capitalista, tem como correlato o crescimento do individualismo, do perdularismo, do descaso com os indivíduos que apresentam algum tipo de deficiência e/ou diferença. O capitalismo acentua essa situação, onde o ser humano é muito mais valorizado pelo que tem do que pelos valores e potencialidades que apresentem. Nesse sistema há eminentemente a presença de relações marcadas pela indiferença, pela negação da diferença. A estrutura física das cidades reflete bem essa dialética, uma vez que “o desenho das ruas e das calçadas, das praças e dos templos, além de conter a experiência daqueles que o construíram, denota o seu mundo” (ROLNIK, 2004, p. 17). Não há como uma sociedade respeitar e valorizar as diferenças se a arquitetura urbana não proporcionar a acessibilidade aos ambientes.

A cidade sendo o lugar que agrega e integra os indivíduos, também os segrega de diversas formas. Há muitas variáveis que interferem nesse contexto, poderíamos considerar

---

\* Aluna do curso de Geografia do Centro de Ensino Superior do Seridó -Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
[denize.medeiros@yahoo.com.br](mailto:denize.medeiros@yahoo.com.br)

\* Aluno do curso de Geografia do Centro de Ensino Superior do Seridó - Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
[jeysonfslima@yahoo.com.br](mailto:jeysonfslima@yahoo.com.br)

\* Professora Doutora do Departamento de História e Geografia do Centro de Ensino Superior do Seridó -Universidade Federal do Rio Grande do Norte [eugeniadantas@yahoo.com.br](mailto:eugeniadantas@yahoo.com.br)

desde o próprio capital à ação do Estado e a arquitetura urbana. Esta em sua maior parte isola os indivíduos com dificuldade de locomoção ou mobilidade reduzida.

Nesse mosaico de interações, a cidade vai se constituindo. Dessa forma, é oportuno discutir a temática da acessibilidade como escopo de estudo, para se ter conhecimento de como ela vem sendo tratada pelos cidadãos, enfatizando a dialética entre as atitudes da sociedade e as leis elaboradas para a efetiva realização de uma sociedade que respeite a diferença e age para possibilitar a igualdade de oportunidades.

Para problematizar a acessibilidade no espaço urbano, tomou-se como objeto de estudo a cidade de Caicó, localizada no Seridó Ocidental do Rio Grande do Norte. Privilegiou-se da referida cidade a área central para trazer à tona elementos que estão na paisagem e que possibilitem desvendar a configuração espacial revelando os limites e possibilidades de uso. Para isso, foram utilizados procedimentos metodológicos em registro fotográfico, leituras sobre cidade em autores como ROLNIK e CORRÊA, e análise das proposições do estatuto de acessibilidade do Senado Federal. A partir daí tem-se uma representação da acessibilidade na referida área da cidade.

### **Área central da cidade: onde está a acessibilidade?**

Falar de Caicó é ressaltar religiosidade, alegria, hospitalidade e resistência de um povo que soube se adaptar às novas demandas de mercado, depois de uma crise sem precedentes em sua economia nos anos de 1970, que tinha como pilar a cultura do algodão (cultivo e beneficiamento). Atualmente, a cidade tem como sustentáculo para sua economia o setor terciário, especificamente o comércio e os serviços públicos.

Apesar de sua economia não ser tão pujante, exerce influência sobre as demais cidades da Região do Seridó, sendo elevada à categoria de cidade pólo, funcionando como um centro de consumo, não apenas para os seus habitantes, mas também para os das cidades circunvizinhas. Parafraseando Raquel Rolnik (2004), podemos dizer que sem dúvida o mercado domina a cidade.

O comércio tão patente na cidade de Caicó gera relativamente um grande fluxo de pessoas, veículos e mercadorias, sobretudo na área central. Isso causa certa desordem, que tumultua o trânsito e o livre acesso dos sujeitos às ruas e estabelecimentos, principalmente aos sábados, dia da semana em que ocorre a feira livre (FIGS. 01 e 02). São muitos os obstáculos nas ruas: camelôs, barracos e mercadorias expostas pelas lojas nas calçadas. Transitar é no mínimo desconfortável para uma pessoa sem limitações físicas. Para aquelas que apresentam

dificuldade de locomoção ou mobilidade reduzida torna-se praticamente impossível. Diante de tudo isso é pertinente perguntar: como a cidade facilita o acesso dessas pessoas?

Figura 01 – Camelôs nas calçadas em dia de feira livre



Foto: Jeyson Ferreira S. de Lima, 2008  
Acervo: Arquivo dos autores

Figura 02 – Obstáculos móveis e imóveis nas calçadas



Foto: Denize Medeiros, 2008  
Acervo: Arquivo da autora

Infelizmente, durante muito tempo, os administradores, urbanistas e arquitetos não consideraram a existência das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida ao projetarem ruas, construírem calçadas e prédios. O horizonte do planejamento era a acessibilidade de pessoas ditas “normais” ou “perfeitas”, sem dificuldade de locomoção. Esse modo de projetar, que pode ser denominado de uma “arquitetura do isolamento”, rejeita e exclui os indivíduos que não seguem o padrão de normalidade.

De acordo com Corrêa (1989), nas sociedades verificam-se diferenças quanto ao acesso aos bens e serviços produzidos socialmente, uma vez que o uso destes exclui parcela considerável da população. Essa exclusão além de ter um caráter econômico pode ser também percebida no tangente a acessibilidade ao espaço urbano que muitas vezes impossibilita o acesso das pessoas portadoras de deficiência ou mobilidade reduzida. As barreiras arquitetônicas são um dos maiores empecilhos à inclusão desse segmento da população.

No final do século XX, as leis criadas pelo Governo Federal compelem que o mobiliário urbano, os prédios públicos e os de uso coletivo obedeçam a normas para que todos tenham acesso. Os edifícios que não estão condizentes com essas regras precisam se adequar estando sujeitos a fiscalização.

Há parcela considerável de prédios em Caicó que não respeitam essas normas. Muitos, a despeito de ter apenas o andar térreo, apresentam barreiras na entrada como a elevação de piso e ausência de rampas. Esse fato é comezinho nos estabelecimentos privados, principalmente nas lojas comerciais, conforme podemos atestar na figura 03.

Figura 03: Lojas na Avenida Rio Branco



Foto: Denize Medeiros, 2008  
Acervo: Arquivo da autora

A realidade que se apresenta anteriormente se estende para os prédios públicos em que podemos citar exemplo o Centro Administrativo, note que houve a construção de uma rampa ao lado do edifício, mas esta dá acesso apenas a recepção. Quando adentramos no espaço interno do edifício ver-se que a sala do Prefeito e os gabinetes dos Secretários localizam-se em andares superiores que não dispõem de rampas, o que impede o acesso e a circulação de pessoas portadoras de deficiência nesses espaços (FIG.04). A lei em vigor não obriga os prédios com menos de três andares a possuírem esse equipamento, porém, paradoxalmente, resguarda o acesso das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida a todos os espaços públicos e coletivos, como nos traz o Decreto nº 50296, de 2 de dezembro de 2004, Capítulo IV, Art. 11. A construção, reforma ou ampliação de edificações de uso público ou coletivo, ou a mudança de destinação para este tipo de edificação, deverão ser executadas de modo que sejam ou se torne acessível à pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Figura 04: Centro Administrativo de Caicó



Foto: Denize Medeiros, 2008  
Acervo: Arquivo da autora

Mas como essas pessoas podem ter acesso aos andares mais altos das edificações se os prédios com menos de três andares só possuem escadarias? As pessoas devem ter o direito de livre acesso também a todo ou quase todo o interior dos edifícios. A Lei nº 10.098 de 13 de março de 1994, Capítulo IV, Inciso II - considera que pelo menos um dos acessos ao interior da edificação deve estar livre de barreiras arquitetônicas e obstáculos que impeçam ou dificultem a acessibilidade de pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Muitas vezes os edifícios tentam se adequar às exigências previstas em lei, mas entendem que para o ambiente ser acessível é necessário apenas a construção de rampas, que muitas vezes ou na maioria das vezes não obedecem as normas estabelecidas pela ABNT. Na figura abaixo observa-se a construção de uma rampa íngreme, escorregadia e sem a presença de corrimão.

Figura 05: Rampa escorregadia em frente a uma loja



Foto: Denize Medeiros, 2008  
Acervo: Arquivo da autora

No entanto, em alguns edifícios da cidade é perceptível a construção de rampas que seguem as normas da ABNT. Apesar do símbolo internacional de acesso, os cidadãos em geral não respeitam esse espaço e estacionam com frequência seus veículos em frente ou sobre as rampas que dão acesso às pessoas com dificuldades de locomoção, obstruindo assim a passagem das mesmas (FIG. 06). Esse fato denota a falta de sensibilidade, o desrespeito aos direitos fundamentais desse segmento da população e o desconhecimento das leis.

Figura 06: Rampa obstruída por veículos



Foto: Denize Medeiros  
Fonte: Arquivo dos autores

Leis e Decretos não são suficientes para o exercício de cidadania de pessoas que apresentam restrições de deslocamento. É necessário e imprescindível que haja uma mudança de mentalidade por parte da população para que os obstáculos arquitetônicos sejam eliminados ou pelo menos amenizados, isso implica a extirpação de barreiras atitudinais. Porém, essa mudança é um dos maiores desafios no âmbito da acessibilidade. Todos os indivíduos que compõem a sociedade devem estar unidos para lutar em prol de uma sociedade mais igualitária, onde cada ser humano tem os seus direitos respeitados. Organizações ou associações que busquem delir atos claudicantes devem ser ovacionadas.

Em Caicó existe a Associação dos Deficientes Físicos de Caicó (ADEFIC), fundada em 1986 com o objetivo de pugnar os direitos das pessoas com deficiência. São duzentos deficientes físicos cadastrados, que se reúnem uma vez por semana para discutir a temática. Lutam pela construção de rampas e as constroem de acordo com as normas da ABNT. Apesar dessa exemplar iniciativa que deveria ter o apoio de grande parte da população, esta associação está estagnada porque os seus membros não têm um local para realizar as reuniões. Há algum tempo eles se reuniam no prédio da antiga Prefeitura, localizado no centro da cidade, mas foram impedidos de permanecerem no local, sendo “jogados” (como nos foi informado por um de seus membros) para o Hospital Tiago Dias, localizado numa área periférica da cidade, o que dificulta a locomoção dos membros.

Que sociedade é essa que paradoxalmente é conhecida pela hospitalidade de seu povo e na questão de acessibilidade tem muito o que aprender? Torna-se urgente e imprescindível uma mudança de postura para que pelo menos as pessoas com dificuldade de locomoção e as com mobilidade reduzida possam ter seus direitos assegurados em lei respeitados, podendo ter uma melhor qualidade de vida e exercer o direito de ir e vir com autonomia, dando um primeiro passo em direção ao efetivo exercício da cidadania.

## **Considerações Finais**

A cidade constitui-se em um lugar onde ocorrem as mais diversas vivências e experiências. Olhá-la através de sua dimensão infra-estrutural é decifrar e ler comportamentos e atitudes de seus habitantes, tecendo interpretações e estabelecendo correlações.

Caicó, no que concerne a estrutura física, é marcada por desníveis diferentes em suas barreiras físicas, que denotam o relevo acidentado do lugar e, simultaneamente, também, o descaso das pessoas responsáveis pela construção dos equipamentos urbanos.

Há uma desorganização no mobiliário urbano da cidade, orelhões, barracos, assentos são colocados nas calçadas, dificultando o livre acesso e a circulação dos transeuntes. Deveria haver um planejamento social que visasse atender às necessidades de todos os cidadãos, não apenas da maioria. Além das barreiras físicas que são visíveis, existem aquelas invisíveis, que é a ignorância e/ou o desconhecimento das leis que se reflete em atitudes equivocadas e inadmissíveis.

A segregação de certos indivíduos a determinados espaços não é natural, é corolário do processo histórico. A sociedade construiu essa situação ao longo do tempo e parece que o preconceito com essas pessoas está arraigado na população caicoense, pois esta, no que se refere a acessibilidade, não atende as diversidades e peculiaridades existentes entre os indivíduos.

## **Referências Bibliográficas**

BRASÍLIA, Acessibilidade: passaporte para a cidadania das pessoas com deficiência e legislação correlata. Gabinete Senador Efraim Morais, Senado Federal, 2006.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 2004. (Coleção primeiros passos; 203).